

Comissão de Liberdade de Expressão e Participação Social

Conselheira Wrana Panizzi

PARECER Nº 8, DE 2014 - CCS

OBJETO DE ANÁLISE

PL 743/2011

Autor: Marcelo Crivella - PRB/RJ.

Ementa: Acrescenta artigo 166-A a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei n. 5452, de 1º de maio de 1943, para determinar o fornecimento de coletes a prova de bala e Equipamentos de Proteção Individual – EPI's aos profissionais do Jornalismo.

PL 2658/2011

Autor: Lindomar Garçon - PV/RO.

Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade dos órgãos de comunicação social fornecerem coletes a prova de bala, com as especificações técnicas descritas, para os seus funcionários que façam cobertura jornalística de operações policiais.

PLS 699/2011

Autor: Vital do Rêgo - PMDB/PB.

Ementa: Disciplina a utilização de coletes a prova de bala por profissionais que fazem cobertura jornalística e acompanham operações policiais.



RELATO

Trata o presente parecer da análise e consideração de proposta legislativa de medidas relativas à proteção dos profissionais de comunicação social e do fornecimento de coletes á prova de bala (PL 743), a obrigatoriedade de seu fornecimento por parte dos órgãos de comunicação social (PL 2658) e, também disciplina o seu uso por profissionais de comunicação social quando da cobertura jornalística e o acompanhamento de operações policiais (PLS 699).

PARECER

A sociedade contemporânea é conhecida como a sociedade da informação e do conhecimento, daí a importância do trabalho realizado pelo conjunto dos diferentes profissionais da comunicação. Sua fundamentação reside sobretudo na natureza deste fazer cuja sustentação se apoia no princípio da liberdade de expressão. Esta se constitui não só em um direito individual em si mesmo, mas sim, ao se potencializar pelos meios de comunicação, assume um caráter de direito coletivo. Lembramos aqui Hannah Arendt quando apresenta um conjunto de argumentos a nos ensinar que não somos só no singular, mas sim, somos no plural. E esta concepção é aqui, especialmente importante. Assim, é por meio das diferentes atividades dos profissionais da comunicação que esse direito – a liberdade de expressão – adquire dimensões sociais e atinge dimensões públicas e faz com que o debate de ideias e de fatos relevantes à Nação seja do conhecimento de todos e que a cidadania brasileira possa efetivamente se inserir no encaminhamento de soluções às questões nacionais. Na verdade, trata-se aqui, de um trabalho cujo objeto dos processos de produção, consumo e divulgação de informações conferem a esta atividade a condição de bem público de valor social, político e econômico. Daí o seu papel e relevância no tempo presente. E, talvez por essa significação no conjunto das relações que se estabelecem entre os diferentes agentes sociais é que este trabalho e o conjunto dos seus profissionais são hoje objeto de atentados, de riscos e de violências. E estas se fazem presentes, no Brasil, na América Latina e no mundo. Sem dúvida pelo caráter de universalidade da atividade de comunicação e pela sua natureza, os profissionais, atualmente passam por inúmeras situações de risco. Isso tem provocado muitos questionamentos, advindos de diferentes direções, colocando a pergunta: será esta uma profissão de risco? Apesar de sua aparente afirmação há uma consciência bastante disseminada e fundamentada de que a violência atualmente contatada junto aos profissionais da área não é natural, não é intrínseca à profissão. A ocorrência de riscos e atos violentos acontece em determinadas ocasiões em que os profissionais são expostos à situações de vulnerabilidade, muitas delas de caráter mais amplo e social, cuja exposição a essas situações ocorrem sem que sejam adotadas medidas mitigatórias do risco e sem as devidas ações de proteção ao exercício da atividade profissional.

Vejamos aqui alguns números que nos auxiliam no dimensionamento e nas características das diferentes situações vividas pelos homens e mulheres dedicados a essa profissão.



Antes, porém, é interessante que seja lembrado do fato de que a questão do risco e da violência aos profissionais da área, está historicamente relacionado de forma restrita às coberturas de guerras e de conflitos sociais explícitos, ainda hoje observados. Trate-se aqui muito especialmente de focar a questão sob o ângulo da escalada da violência em relação aos profissionais em trabalho junto às situações sociais de conflitos, de disputas e do cotidiano, sejam nas áreas urbanas ou rurais, nas grandes metrópoles e nas pequenas cidades, nos centros urbanizados e nas periferias, de norte a sul do Brasil e de outros países. Este certamente não é um problema só da sociedade brasileira!

A Federação Internacional de Jornalistas, com um afirmativo grau de certeza, aponta que atualmente existem mais de 100 jornalistas presos em todo mundo. Informa que o país que detém o maior número de jornalistas presos é a Turquia, e que o argumento do governo turco é sempre o mesmo: os jornalistas estão envolvidos em ações separatistas dos curdos. São, portanto, caracterizados como terroristas, e muitos estão encarcerados e um grande número deles há muito tempo.

Ainda, a FIJ registra que 108 jornalistas e outros profissionais da comunicação foram mortos em 2013, cujos os números maiores por região, em ordem decrescente se apresentam de seguinte forma: Ásia/Pacífico 29%; Oriente Médio/ Mundo Árabe 27%.

Em 2013, a Síria registrou o maior número de casos de assassinatos com 15 vítimas. O Iraque apareceu em segundo lugar com 13, o Paquistão, as Filipinas e a Índia com 10 casos e o Egito com 6 assassinatos. Observa-se que praticamente em todos esses países há conflitos declarados e graves.

Os números da violência são expressivos tanto em termos internacionais como em termos nacionais como adiante veremos. Entretanto, a falta de padronização, de sistematização e atualização permanente, bem como das diferentes metodologias utilizadas, e eu diria mais, da falta de uma maior interação entre os múltiplos agentes, instituições, organizações... a coletar e a registrar os dados e a trabalhar na busca e na análise das informações tornam difícil uma clara e qualificada visão das situações encontradas como também apresentam controvérsias nas considerações. Entretanto salientamos aqui algumas estatísticas apresentadas na audiência pública com o tema Violência contra Jornalistas, Radialistas e outros Comunicadores, realizada no dia 05/05/2014, na quarta Reunião Ordinária de 2014 do CCS. (ver ata).

Os dados referem-se a casos de violência aos profissionais da área provenientes de relatórios que explicitam situações graves como assassinatos de profissionais, sequestros, agressões, intimidações e medidas judiciais. É nesta direção que o representante da ABERT, apresentou dados em que salienta a estatística lamentável que é o número de mortes de profissionais, ou seja: em 2010 - duas; em 2011 - seis; em 2012 - sete; em 2013 - quatro; e, em 2014, em apenas quatro meses cinco registros de morte de profissionais.

Em 2013, com relação a casos de violência à atividade dos jornalistas a ABERT registrou de forma detalhada, 136 casos de violação à atividade jornalística o que significa um aumento de praticamente três vezes em relação às violações das atividades jornalísticas registradas em 2012, quando ocorreram "apenas" 50 casos.



Outra informação importante são os registros de ataques às emissoras, depredação de equipamentos, carros, unidades móveis, cujos dados revelam um crescimento de 170% nas violações de um ano para o outro: 2012 à 2013.

Já a representante da FIJ indicou – com dados mais recentes – que em 2013, o Brasil registrou a assassinato de 5 profissionais da comunicação. Destes, dois são jornalista, dois são radialistas e um diretor de um jornal. As investigações até o momento apontam que um jornalista e dois radialistas foram assassinados efetivamente em razão do seu exercício profissional. São eles o jornalista Rodrigo Neto e Minas Gerais, que denunciou um esquema de extermínio no Estado; o radialista Mafaldo Bezerra e o diretor de jornal José Roberto Ornelas.

Em 2014, já foram registrados 3 assassinatos de jornalista e dois radialista. Os jornalistas Santiago Andrade e Pedro Palma no Rio de Janeiro; e Gel Lopes na Bahia. Ainda Carlos Dias e Ed Wilson radialistas, sendo este o último profissional de uma rádio comunitária do Estado do Espírito Santo.

Os dados a cima e outros tantos divulgados em notícias, informativos, debates, conferências e estudos mostram que os profissionais da comunicação social tem sido submetidos a vários riscos e que, correlata a sua atuação profissional, como em outras profissões, há risco eminente de morte em serviço e/ou decorrência de sua atuação profissional, como no caso de assassinato, ou ainda, de danos a sua integridade física e psicológica. Sendo assim o perigo e o risco no exercício da profissão da área deixou de ser algo restrito das zonas de guerra e conflitos sociais como em tempos outros, e chegou atualmente à cobertura diária.

Tal violência cotidiana que observamos não é natural e tem causa concretas que, invariavelmente, atentam contra a liberdade de expressão e de imprensa, assim como ao direito constitucional de todos terem acesso à informação de qualidade e pertinente à realidade dos fatos. Outrossim, como os dados apresentados também mostram, o número de atentados, riscos e violências aumentou. E de modo especial pode se observar esse movimento diante de um novo fenômeno que marcou o Brasil a partir de 2013. E o que é esse novo fenômeno? Um grande número de ameaças e agressões sofridas por jornalistas e outros profissionais da comunicação que foram atingidos durante a cobertura de manifestações populares públicas, principalmente nas chamadas “Jornada de Junho”. Esse fenômeno que começou em 2013, tem perdurado no corrente ano, onde foram registrado 21 agressões à jornalistas, sendo 17 delas em manifestações: 16 em um único ato em São Paulo e uma em manifestação acontecido em Goiás. Outras quatro agressões foram registradas fora de manifestações populares.

Os números são reveladores de uma realidade bastante cruel e de insegurança profissional e social a exigir urgentes, eficientes e eficazes ações do Estado brasileiro. Mas, tão importante quanto essas ações políticas é o conhecimento e identificação de quem são os atores desses atos presentes em diferentes territórios do país. E, ainda, como se caracterizam, de onde são provenientes e como se configuram.

É incrível que tais agressões, ameaças e atos violentos não tem partido de traficantes, bandidos ou políticos corruptos, mas sim, de policias e manifestantes a quem a

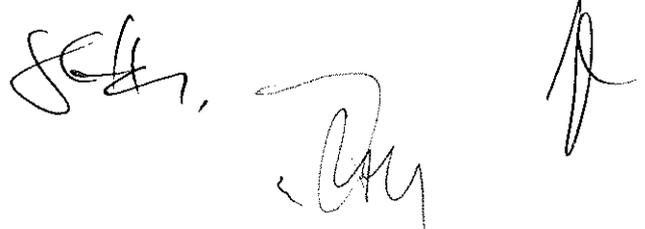
imprensa sempre serviu e cujas tarefas profissionais buscam atender o legítimo direito ao trabalho e o seguro de obter informações para divulgá-las junto ao conjunto da sociedade. Suas causas, como ficou evidente nas "Jornadas de Junho" em grande parte, se relacionam à não aceitação dos princípios democráticos, sobretudo, no que se refere à exposição do contraditório e a prevalência do interesse público em detrimento ao interesse privado, característica essa, própria ao trabalho de comunicação social.

Diante desses fatos, da sua amplitude e complexidade a FIJ há dois anos foi à ONU solicitar manifestação bem como medidas e orientações aos Estados-membros visando o tratamento do tema com a sua qualificação como uma questão de Estado. A resposta foi positiva e, em dezembro de 2013 a ONU aprovou o dia 2 de novembro como o Dia Internacional pelo fim da Impunidade e lançou um plano de promoção à segurança dos profissionais de comunicação no exercício de suas atividades, para além das situações de conflitos e guerras. Este plano apresenta um conjunto de recomendações dirigidas aos Estados-membros, às empresas de comunicação, às entidades e às organizações representativas dos profissionais da comunicação e ONGs que atuam na proteção dos mesmos.

Portanto há muito o que fazer. E nesse sentido é o momento da Comissão de Liberdade de Expressão e Participação Social apresentar junto ao plenário do Conselho de Comunicação Social sugestões e recomendações visando o combate a essas situações acima pontuadas as quais revelam a grande complexidade e abrangência do tema. O que por sua vez nos leva também a identificar a fragilidade e mesmo a pouca efetividade das medidas e ações até o momento existentes e os limites das propostas relativas aos PLs aqui em voga e reforçar a convicção de que o compartilhamento de responsabilidades sobre o enfrentamento de tais atos de violência, entre o poder público - Executivo e Legislativo - as empresas, os profissionais e a sociedade, se constituem no caminho para construção de propostas e ações.

Daí as seguintes recomendações advindas de diferentes oitivas e fruto de discussões e debates ocorridos no contexto deste fórum:

- 1) Conhecer, caracterizar e tipificar os atos de violência praticados em relação aos profissionais de Comunicação Social, bem como suas origens.
- 2) Promover a organização e compatibilização dos diferentes sistemas de informações e registro de dados visando a sua permanente atualização, padronização e uso Universal.



3) Incentivar e apoiar, estudos, análises, reflexões, debates que permitam a construção de um conhecimento técnico-científico aplicado sobre a questão.

4) Estabelecer programas de qualificação e treinamento das policiais buscando assim qualificar o seu trabalho - especialmente no que se refere a sua atuação em grandes eventos - como uma atividade de proteção e respeito ao direito de manifestação e participação social.

5) Construir um diálogo efetivo produtivo e célere entre todos os diferentes atores vinculados a questão em pauta, no sentido da elaboração de políticas públicas de proteção ao bom desempenho das atividades dos profissionais da comunicação com a elaboração de instrumentos concretos à sua real efetividade.

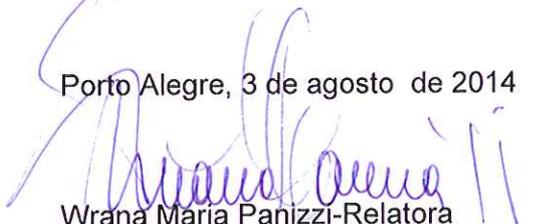
Destaca-se especialmente nesses processos o papel de liderança, transparência e coordenação a ser exercido pelo Estado através de suas instâncias específicas e inerentes às questões postas pelo tema.

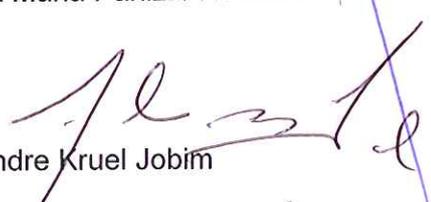
Conclusão

Sugere a análise a adoção de políticas públicas e ações visando a realização e implementação das propostas acima bem como o estabelecimento de mecanismos de acompanhamento e monitoramento permanente, e reiterar a sua posição contra qualquer tipo de agressão aos profissionais da comunicação.

É o parecer.

Porto Alegre, 3 de agosto de 2014


Wrauna Maria Panizzi-Relatora


Alexandre Kruehl Jobim


Celso Augusto Schroder



CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2014, EM 6 DE AGOSTO DE 2014, ÀS 9H,
NO PLENÁRIO Nº 6 DA ALA SENADOR NILO COELHO

ITEM EXTRAPAUTA 2 – Leitura e deliberação do relatório da 5ª Comissão de Relatoria da Comissão Temática de Liberdade de Expressão e Participação Social, composta pelos Conselheiros Alexandre Jobim, Celso Augusto Schröder e Wrana Panizzi (coordenadora), sobre os PLS nº 743/2011 e nº 699/2011 e sobre o PL 2658/2011, acerca da proteção dos profissionais da comunicação e/ou comunicadores.

ASSINAM O PARECER OS(AS) SENHORES(AS) CONSELHEIRO(AS):

TITULARES	ASSINATURA	SUPLENTES	ASSINATURA
WALTER VIEIRA CENEVIVA Representante das empresas de rádio		DANIEL PIMENTEL SLAVIERO Representante das empresas de rádio	
GILBERTO CARLOS LEIFERT Representante das empresas de televisão		MÁRCIO NOVAES Representante das empresas de televisão	
ALEXANDRE KRUEL JOBIM Representante de empresas da imprensa escrita		LOURIVAL SANTOS Representante de empresas da imprensa escrita	
ROBERTO FRANCO Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social		LILIANA NAKONECHNYJ Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social	
CELSO AUGUSTO SCHRÖDER Representante da categoria profissional dos jornalistas		MARIA JOSÉ BRAGA Representante da categoria profissional dos jornalistas	
JOSÉ CATARINO DO NASCIMENTO Representante da categoria profissional dos radialistas		VAGO ¹	
JORGE COUTINHO Representante da categoria profissional dos artistas		MÁRIO MARCELO Representante da categoria profissional dos artistas	
LUIZ ANTONIO GERACE DA ROCHA E SILVA Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo		PEDRO PABLO LAZZARINI Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo	
MIGUEL ANGELO CANÇADO Representante da sociedade civil		WRANA PANIZZI Representante da sociedade civil	
DOM ORANI JOÃO TEMPESTA Representante da sociedade civil		PEDRO ROGÉRIO COUTO MOREIRA Representante da sociedade civil	
RONALDO LEMOS Representante da sociedade civil		VAGO ²	
JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO Representante da sociedade civil		VICTOR JOSÉ CIBELLI CASTIEL (ZÉ VITOR CASTIEL) Representante da sociedade civil	
FERNANDO CESAR MESQUITA Representante da sociedade civil		LEONARDO PETRELLI Representante da sociedade civil	

VISTO.

Presidente

em 6 de agosto de 2014.

1 Vago em virtude do falecimento do Conselheiro Suplente Eurípedes Corrêa Conceição, ocorrido em 13.02.2013.

2 Vago em virtude de renúncia do Conselheiro Suplente Juca Ferreira, ocorrida em 12.03.2013

